



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 40\$00

| Assinaturas | Assinatura | |
|---|------------|-----------|
| | Anual | Semestral |
| <i>Diário da República:</i> | | |
| Completa | 9 000\$00 | 5 000\$00 |
| 1.º, 2.º ou 3.º séries | 3 600\$00 | 2 000\$00 |
| Duas séries diferentes | 6 000\$00 | 3 300\$00 |
| Apêndices | 3 000\$00 | - |
| <i>Diário da Assembleia da República</i> | 2 800\$00 | - |
| <i>Compilação dos Sumários do Diário da República</i> | 1 500\$00 | - |

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá ter lugar até ao final do mês de Janeiro para as assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre e até 31 de Julho para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 2\$50; preço por linha de anúncio, 55\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

NOTA. — A estes preços acrescem os portes de correio.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Cedex.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna e das Finanças e do Plano:

Decreto-Lei n.º 295/84:

Dá nova redacção ao artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 357/77, de 31 de Agosto, que regulamenta a assistência na doença ao pessoal da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal e da Polícia de Segurança Pública. Revoga o Decreto-Lei n.º 241/79, de 25 de Julho.

Ministério da Defesa Nacional:

Decreto-Lei n.º 296/84:

Estabelece normas definidoras da carreira militar dos oficiais do quadro especial de oficiais. Revoga os Decretos-Leis n.º 49/324, de 27 de Outubro de 1969, 614/70, de 11 de Dezembro, 353/73, de 13 de Julho, 686/73, de 21 de Dezembro, 302/78, de 11 de Outubro, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 557-A/80, de 2 de Dezembro, e toda a restante legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 660/84:

Fixa os prazos de conservação em arquivo dos documentos nos tribunais judiciais.

Ministério das Finanças e do Plano:

Declaração:

De terem sido autorizadas alterações nos orçamentos de vários ministérios no montante de 3 179 239 contos.

Ministério do Trabalho e Segurança Social:

Decreto-Lei n.º 297/84:

Torna extensivo o direito a pensão social aos cidadãos portugueses que provem carecer de assistência permanente de outras pessoas em razão de deficiências físicas ou psíquicas e que o seu agregado familiar resida no estrangeiro por motivo de serviço oficial prestado por um dos seus membros ao Estado Português.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 151, de 2 de Julho de 1984, inserindo o seguinte:

Ministério das Finanças e do Plano:

Decreto-Lei n.º 212-A/84:

Procede a um ajustamento da taxa do imposto de venda sobre veículos automóveis, reduzindo esta taxa em 25 %, no que concerne aos veículos até 1400 cm³ de cilindrada, e em 10 %, no que concerne aos veículos de cilindrada superior.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS E DO PLANO

Decreto-Lei n.º 295/84

de 31 de Agosto

Considerando que a assistência na doença ao pessoal da Guarda Fiscal tem estado na dependência dos seus Serviços Sociais e que a experiência demonstra haver nítida desvantagem em continuar a aproveitar, para tal efeito, a estrutura e o funcionamento administrativos daqueles Serviços;

Convindo, assim, fazer regressar a assistência na doença ao pessoal da Guarda Fiscal à forma inicialmente estatuída:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 357/77, de 31 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 7.º

Competência e orgânicidade

A estrutura e o funcionamento administrativos da assistência sanitária estatuída por este diploma são assegurados, respectivamente, pelas secções de assistência na doença (SAD) criadas na dependência dos Serviços de Administração e Finanças da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal e pelo Serviço de Assistência na

Doença da Polícia de Segurança Pública (SAD), a criar na dependência directa do Comando-Geral e à custa dos efectivos deste.

Art. 2.º Fica revogado o Decreto-Lei n.º 241/79, de 25 de Julho.

Art. 3.º Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1985.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Agosto de 1984. — Mário Soares — Carlos Alberto da Mota Pinto — Eduardo Ribeiro Pereira — Alípio Barroso Pereira Dias.

Promulgado em 21 de Agosto de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 22 de Agosto de 1984.

O Primeiro-Ministro, Mário Soares.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto-Lei n.º 296/84

de 31 de Agosto

Considerando ser conveniente proceder-se à reformulação de algumas normas definidoras da carreira militar dos oficiais do quadro especial de oficiais e, em especial, as referentes ao sistema de promoções;

Considerando, no entanto, ser de manter a aplicabilidade da generalidade do Estatuto do Oficial do Exército àqueles oficiais e a atribuição prioritária dos mesmos à respectiva arma de origem;

Considerando a vantagem de, simultaneamente, se aglutinar num só diploma a legislação vária definidora da carreira militar dos oficiais do quadro especial de oficiais:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — O quadro especial de oficiais (QEO), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/324, de 27 de Outubro de 1969, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 614/70, de 11 de Dezembro, 353/73, de 13 de Julho, 686/73, de 21 de Outubro, 302/78, de 11 de Outubro, e 557-A/80, de 2 de Dezembro, mantém-se em progressiva extinção pela continuação do cancelamento de admissões no referido quadro.

2 — À data da entrada em vigor do presente diploma mantém-se a ordenação dos oficiais do QEO e as respectivas datas de antiguidades e tempos de permanência nos postos.

Art. 2.º A constituição do QEO é a seguinte:

Coronéis — 8;
Tenentes-coronéis — 24;
Majores — 48;
Capitães — 87.

Art. 3.º Os oficiais do QEO são considerados oficiais dos quadros permanentes (QP), sendo-lhes aplicado o Estatuto do Oficial do Exército (EOE), sem prejuízo das disposições constantes do presente diploma.

Art. 4.º — 1 — Os oficiais do QEO mantêm-se atribuídos à sua arma de origem (infantaria, artilharia ou cavalaria), excepto quando, por razões de reclassificação, transitem para outra arma ou serviço com quadro próprio.

2 — Embora com carácter excepcional, mantém-se a possibilidade de reclassificação dos oficiais do QEO, devendo esta ser estudada caso a caso.

Art. 5.º Em concorrência de serviço e igualdade de antiguidade no posto, a antiguidade dos oficiais do QEO relativamente a outros oficiais obedece, pela ordem indicada, às seguintes prioridades:

- Oficiais dos QP;
- Oficiais do QEO;
- Oficiais de complemento.

Art. 6.º Aos oficiais do QEO competem todas as funções desempenhadas pelos oficiais dos QP da arma ou serviço a que estão atribuídos, tendo em especial atenção as respectivas qualificações, especialidades e aptidões.

Art. 7.º — 1 — Os limites de idade para a passagem a adido com vista à condição 16 da alínea b) do artigo 44.º do EOE e para passagem à situação de reserva dos oficiais do QEO são os mesmos dos oficiais dos QP da arma ou serviço a que estão atribuídos.

2 — São aplicáveis aos oficiais do QEO as disposições do Decreto-Lei n.º 239/77, de 8 de Junho.

Art. 8.º — 1 — Sem prejuízo do disposto neste diploma, as condições de promoção dos oficiais do QEO são idênticas às que vigoram para os oficiais dos QP da arma ou serviço a que aqueles estão atribuídos.

2 — As promoções no QEO são feitas:

- a) Por escolha e antiguidade, aos postos de major e tenente-coronel;
- b) Por escolha, ao posto de coronel;
- c) Por distinção, a qualquer posto do quadro.

3 — As promoções por antiguidade ao posto de major dos oficiais do QEO só poderão ocorrer após terem sido promovidos a este posto os oficiais dos QP das armas de infantaria, artilharia e cavalaria com maior ou igual antiguidade no posto de capitão e que não tenham sido demorados nem preteridos.

4 — As promoções por antiguidade ao posto de tenente-coronel dos oficiais do QEO só poderão ocorrer após terem sido promovidos os maiores dos QP das armas de infantaria, artilharia e cavalaria com maior ou igual antiguidade no posto de major e, simultaneamente, maior ou igual antiguidade no posto de capitão e que não tenham sido demorados nem preteridos na promoção a qualquer destes postos.

5 — Aos oficiais do QEO que tenham sido promovidos a major por escolha ou distinção apenas é aplicável a restrição do número anterior no referente à sua antiguidade de major em relação às antiguidades dos restantes maiores das armas nele referidas.

Art. 9.º — 1 — Os oficiais do QEO são inicialmente apreciados pela direcção da arma ou serviço a que estão atribuídos.

2 — Após a apreciação constante do número anterior, os oficiais do QEO são apreciados por um conselho constituído exclusivamente por oficiais dos conselhos das armas de infantaria, artilharia e cavalaria, para elaboração das listas nos termos do artigo 70.º do EOE.

3 — O conselho referido no número anterior é nomeado por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército, sendo presidido pelo director da arma de infantaria e integrando, além deste, no mínimo, mais os seguintes oficiais:

- 1 coronel;
- 1 tenente-coronel;
- 1 major;
- 3 capitães.

4 — Se qualquer dos conselhos das armas ou serviços integrar oficiais do QEO, estes farão obrigatoriamente parte do conselho definido no n.º 3 deste artigo.

Art. 10.º Em conformidade com o definido, independentemente do referido na alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do presente decreto-lei, as vagas existentes no posto de coronel do QEO não são obrigatoriamente preenchidas.

Art. 11.º O tempo de serviço prestado nas Forças Armadas ou, de um modo geral, ao Estado anteriormente ao ingresso no QEO é contado para efeitos de passagem à situação de reserva e para efeitos de aposentação dos respectivos oficiais, sendo devida indemnização à Caixa Geral de Aposentações quando for caso disso.

Art. 12.º Os oficiais do QEO mantêm o emblema próprio em vigor à data da publicação do presente diploma.

Art. 13.º São revogados os Decretos-Leis n.ºs 49/324, de 27 de Outubro de 1969, 614/70, de 11 de Dezembro, 353/73, de 13 de Julho, 686/73, de 21 de Dezembro, 302/78, de 11 de Outubro, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 557-A/80, de 2 de Dezembro, e toda a restante legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Agosto de 1984. — *Mário Soares — Carlos Alberto da Mota Pinto — Ernâni Rodrigues Lopes.*

Promulgado em 22 de Agosto de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 23 de Agosto de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Portaria n.º 660/84

de 31 de Agosto

O Decreto-Lei n.º 385/82, de 16 de Setembro, veio permitir, na sequência do Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro, a inutilização ou microfilmagem dos processos e inquéritos findos, bem como dos demais livros e papéis em arquivo nos tribunais judiciais.

Considerando as importantes vantagens funcionais e económicas que advirão da possibilidade de inutilização de livros, papéis e algumas espécies de processos e inquéritos findos, de há muito arquivados

e já sem qualquer interesse administrativo ou técnico, sem prévia microfilmagem, que, por dispendiosa, não apresentaria qualquer razão de utilidade;

Considerando, por outro lado, a necessidade de se assegurar a conservação de documentos de interesse histórico, cultural ou outro atendível, bem como a necessidade de regulamentar a microfilmagem, conservação e destruição da documentação em arquivo:

Julga-se chegada a altura de iniciar a execução do disposto no citado Decreto-Lei n.º 385/82, possibilitando, desde já, e como primeira fase de uma acção a desenvolver com o fim de contribuir para a resolução dos graves problemas que muitos tribunais vêm sentindo no sector da arquivologia, a inutilização sem microfilmagem prévia de algumas espécies documentais:

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 385/82, de 16 de Setembro, o seguinte:

1.º — 1 — O prazo de conservação em arquivo dos documentos constantes do mapa anexo à presente portaria é de 5 anos.

2 — Os prazos de conservação dos processos e inquéritos findos adiante enumerados são os seguintes:

a) Para os inquéritos preliminares, 2 anos contados desde a data do despacho que determinou o respectivo arquivamento;

b) Para os processos de transgressão e sumários crime, 5 anos contados, conforme os casos, desde o cumprimento da sentença condenatória, da sentença absolutória ou da decisão que determinou o seu arquivamento, mandou aguardar a produção de melhor prova ou aplicou amnistia.

2.º — 1 — Compete aos secretários judiciais e chefes da secretaria proceder à selecção e à relação dos documentos, processos e inquéritos susceptíveis de inutilização por decurso dos prazos de conservação fixados, as quais devem ser homologadas pelo presidente do tribunal e pelo representante do ministério público.

2 — A inutilização dos documentos, processos e inquéritos enumerados no n.º 1.º não se pode efectuar antes de terem sido objecto de inspecção.

3 — Previamente à inutilização, deve comprovar-se que foram cumpridos todos os trâmites processuais, nomeadamente o envio do boletim ao Centro de Identificação Civil e Criminal, ordenando-se o seu cumprimento quando não tenham sido observados.

4 — A inutilização dos documentos, processos e inquéritos é feita por sistema que impossibilite a sua reconstituição, lavrando-se em livro próprio auto de inutilização de documentos.

3.º — 1 — O presidente do tribunal e o representante do ministério público podem opor-se à inutilização de documentos, processos e inquéritos cuja conservação reputem essencial em virtude do seu interesse histórico, cultural ou de outro motivo atendível.

2 — O presidente do tribunal ou o representante do ministério público, consoante se trate, respectivamente, de processo judicial ou de inquérito preliminar, deve ordenar a entrega de documentos ou objectos que não tenham sido declarados perdidos a favor do Estado e possam interessar a particulares ou a auto-

ridades e entidades públicas que com legitimidade o tenham requerido.

4.º As dúvidas surgidas na execução da presente portaria, inclusive as que respeitem à manutenção em arquivo de documentos, processos e inquéritos com interesse histórico, cultural ou outro atendível, são resolvidas por despacho interno do Ministro da Justiça, ouvidos o Conselho Superior da Magistratura e a Procuradoria-Geral da República.

Ministério da Justiça.

Assinada em 3 de Agosto de 1984.

O Ministro da Justiça, *Rui Manuel Parente Chancelle de Machete*.

Livros e papéis findos a que se refere o n.º 1 de n.º 1.

Duplicados de guias.

Livros de contas correntes.

Livros auxiliares das tesourarias.

Ofícios sobre diferentes assuntos de natureza administrativa.

Livros de registo diário de entradas dos processos.

Livros de correspondência recebida, expedida e confidencial.

Livros de registo de ordens de execução permanente.

Livros de registo de processos e decisões disciplinares.

Livros de licenças concedidas e faltas.

Livros de registo de informações anuais de funcionários e magistrados.

Livros de registo de cartas e mandados expedidos e recebidos. Orçamentos, balancetes e processos de prestação de contas do Cofre Geral dos Tribunais.

Documentos e processos de abono de família.

Guias do correio.

Livros e requisições do grupo de orientação de estágio.

Guias de receita do Estado.

Livros de protocolo para a distribuição.

Livros de escala de distribuições.

Livros de protocolo de papéis averbados aos oficiais judiciais.

Livros de protocolo de entrada e saída de processos.

Livros de registo de decisões e processos de natureza cível de jurisdição de menores e de registo de processos e medidas tutelares.

Livros de entrega protocolar de correspondência.

Livros de registo de objectos respeitantes a processos judiciais.

Livros de registo de requerimentos, exposições e pretensões.

Livros de registo de correspondência relativa a funcionários e magistrados.

Livros de registo de acórdãos proferidos pelo Conselho Superior da Magistratura ou entidades suas antecessoras.

Processos de natureza administrativa.

Processos de inspecção ordinária, extraordinária e aos serviços de contabilidade e tesouraria.

Pedidos de passes e cartões de identidade.

Outros livros e documentos que não dêem origem a actuação judicial ou administrativa nem contenham qualquer decisão de carácter permanente e cuja conservação seja absolutamente inútil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Direcção dos Serviços Gerais do Orçamento

Declaração

Com fundamento nos n.º 1 e 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/84, de 14 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 46, de 23 de Fevereiro de 1984, e n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/84, de 4 de Fevereiro, se publicam as seguintes alterações orçamentais efectuadas nos orçamentos abaixo designados e autorizadas por despachos do Secretário de Estado do Orçamento:

| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Classificação | | Designação orgânica e económica | Em contos | |
|----------|---------|------------|---------------|-------------------------|---|------------------------|-----------|
| | | | Funcional | Económica | | Reforços ou inscrições | Anulações |
| | | | | Código | | | |
| 04 | 06 | 03 | | | 81 — Encargos Gerais da Nação Presidência do Conselho de Ministros Secretaria-Geral Serviços autónomos | | |
| | | | 1.01.0 | 38.00 38.03 38.03 | Transferências — Sector público: Serviço Nacional de Protecção Civil | 135 311 | - |
| | | 04 | | 44.00 44.09 | Serviços autónomos: Serviço Nacional de Protecção Civil | | |
| | | | 7.01.0 | 44.09 | Outras despesas correntes: Diversas: | | |
| | | | | D | Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura | 132 125 | - |

| Classificação | | | | | | Em contos | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|--------|--|-----------|
| Orgânica | | | Económica | | | Reforços ou inscrições | Anulações |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Funcional | Código | Alínea | | |
| 04 | 06 | 04 | | 71.00 | | | |
| | | | | 71.09 | | | |
| | | | 7.01.0 | 71.09 | E | Outras despesas de capital: | |
| | | | | | | Diversas: | |
| | | | | | | Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura | 183 519 |
| 06 | 01 | | | | | Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira | - |
| | | | 1.01.0 | 31.00 | | Serviços próprios | |
| | | | | | | Aquisição de serviços — Não especificados | 1 500 |
| 11 | 01 | | | 01.00 | | Direcção-Geral da Divulgação | |
| | | | | | | Serviços próprios | |
| | | | 1.01.0 | 01.02 | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | | 01.42 | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 6 533 |
| | | | 1.01.0 | 01.42 | B | Remunerações de pessoal diverso: | |
| | | | | | | Outro pessoal | 67 |
| | | | 1.01.0 | 01.47 | | Diuturnidades | 350 |
| | | | | 04.00 | | Alimentação e alojamento | 1 050 |
| 17 | 01 | | | 01.00 | | 1 — Secretaria de Estado da Administração Pública | |
| | | | 1.01.0 | 01.02 | | Serviços próprios | |
| | | | 1.01.0 | 01.17 | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | 1.01.0 | 01.47 | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 500 |
| | | | | | | Pessoal do quadro geral de adidos | 40 |
| | | | 1.01.0 | 04.00 | | Diuturnidades | 650 |
| | | | | | | Alimentação e alojamento | 1 000 |
| | | | | | | | 462 645 |
| 03 | 01 | | | 01.00 | | 05 — Ministério da Defesa Nacional — Força Aérea | |
| | | | 2.04.0 | 01.02 | | Despesas gerais da Força Aérea | |
| | | | 2.04.0 | 01.03 | | Pessoal militar permanente privativo da Força Aérea | |
| | | | 2.04.0 | 01.43 | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 260 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.47 | | Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros | 44 000 |
| | 02 | | | 01.00 | | Gratificações certas e permanentes | 5 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.20 | A | Subsídios de férias e de Natal | 56 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.20 | B | Diuturnidades | 43 000 |
| | | | 01.20 | | | Pessoal militar não permanente privativo da Força Aérea | |
| | | | | | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | | | | Pessoal em qualquer outra situação: | |
| | | | 2.04.0 | 01.20 | | Em serviço militar obrigatório | 14 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.20 | | Pessoal militar readmitido | 50 000 |
| | | | 01.23 | | | Pessoal militar contratado | 80 000 |
| | | | 01.43 | | | Gratificações certas e permanentes | 1 800 |
| | | | 01.46 | | | Subsídios de férias e de Natal | 28 000 |
| | | | 01.47 | | | Diuturnidades | 8 500 |

| Classificação | | | | | | Em contos | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|---------------------------------|--|-----------|
| Orgânica | | | Económica | | Designação orgânica e económica | | |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Funcional | Código | Alinea | Reforços ou inscrições | Anulações |
| 03 | 03 | | | 01.00 | | | |
| | | | | 01.20 | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.20 | A | Destinado a pessoal permanente | 4 800 |
| | | | 2.04.0 | 01.20 | B | Destinado a pessoal não permanente | 34 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.43 | | Gratificações certas e permanentes | 3 200 |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Subsídios de férias e de Natal | 4 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.47 | | Diuturnidades | 300 |
| | 04 | | | 01.00 | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.09 | | Pessoal privativo equiparado a militar e civil | |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | 2.04.0 | 01.47 | | Pessoal civil contratado | 84 000 |
| | | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 20 000 |
| | | | | | | Diuturnidades | 19 000 |
| | 05 | | | 01.00 | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.05 | | Pessoal militar privativo da Armada | |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | em serviço na Força Aérea | |
| | | | | | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | 2.04.0 | 16.00 | | Pessoal destacado de outros serviços do Estado | 2 500 |
| | | | | 18.00 | | Subsídios de férias e de Natal | 350 |
| | 06 | | | 2.04.0 | | | |
| | | | 2.04.0 | 18.00 | B | Outras despesas | |
| | | | 2.04.0 | 18.00 | C | Pensões de reserva | 234 550 |
| | | | | | | Classes inactivas — Despesas diversas: | |
| | | | 2.04.0 | 44.00 | | Diferença de vencimentos militares — Reserva em ser- | |
| | | | | 44.09 | | viço activo | 9 000 |
| | | | 2.04.0 | 44.09 | A | Subsídios de férias e de Natal | 25 000 |
| | 04 | | | | | Outras despesas correntes: | |
| | 01 | | | | | Diversas: | |
| | | | 2.04.0 | | | Combate a incêndios florestais | 13 660 |
| | | | | | | Corpo de tropas pára-quedistas | |
| | | | | 01.00 | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.02 | | Pessoal militar permanente especializado | |
| | | | 2.04.0 | 01.03 | | em pára-quedismo | |
| | | | 2.04.0 | 01.43 | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 40 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.47 | | Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros | 5 000 |
| | 02 | | | 01.00 | | Gratificações certas e permanentes | 3 500 |
| | | | 2.04.0 | 01.02 | | Subsídios de férias e de Natal | 3 000 |
| | | | 2.04.0 | 01.03 | | Diuturnidades | 3 900 |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Pessoal militar permanente privativo não especializado | |
| | | | | | | em pára-quedismo | |
| | | | | 01.00 | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | 2.04.0 | 01.02 | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 3 800 |
| | | | 2.04.0 | 01.03 | | Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros | 400 |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Subsídios de férias e de Natal | 1 000 |
| | 03 | | | 01.00 | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.21 | | Pessoal equiparado a militar especializado | |
| | | | 2.04.0 | 01.43 | | em pára-quedismo | |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Remunerações certas e permanentes: | |
| | | | | | | Pessoal equiparado a militar | 800 |
| | | | | | | Gratificações certas e permanentes | 100 |
| | | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 100 |

| Classificação | | | | | | | Em contos | | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|---------------------------------|---|-----------|------------------------|-----------|
| Orgânica | | | Económica | | Designação orgânica e económica | | | Reforços ou inscrições | Anulações |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Funcional | Código | Alínea | | | | |
| 04 | 04 | | | 01.00 | | Pessoal militar privativo não permanente especializado ou não em pára-quedismo | | | |
| | | | | 01.20 | | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.20 | A | Pessoal em qualquer outra situação: | | | |
| | | | | | | Em serviço militar obrigatório | 21 000 | - | |
| | | | 2.04.0 | 01.23 | | Pessoal militar contratado | 2 400 | - | |
| | | | 2.04.0 | 01.43 | | Gratificações certas e permanentes | 12 000 | - | |
| | 05 | | | 01.00 | | Pessoal militar privativo em preparação | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 2 000 | - | |
| | 07 | | | 01.00 | | Pessoal militar privativo da Armada em serviço na Força Aérea | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.05 | | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | 2.04.0 | 01.46 | | Pessoal destacado de outros serviços do Estado | 900 | - | |
| | | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 100 | - | |
| | | | | | | | | 1 144 600 | - |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | 06 — Ministério das Finanças e do Plano | | | |
| 04 | | | | | | Secretarias-gerais | | | |
| | 01 | | | | | Finanças | | | |
| | | | 1.01.0 | 04.00 | | Alimentação e alojamento | | | |
| | | | | 44.00 | | Outras despesas correntes: | | | |
| | | | 1.01.0 | 44.05 | | Restituições | | | |
| | | | 1.01.0 | 47.00 | | Investimentos — Edifícios | | | |
| | 02 | | | 38.00 | | Plano | | | |
| | | | | 38.03 | | Transferências — Sector público: | | | |
| | | | 1.01.0 | 38.03 | 2 | Serviços autónomos: | | | |
| | | | | | | Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento | | | |
| | | | | | | | | 7 111 | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | 1 — Secretaria de Estado do Orçamento | | | |
| 12 | | | | | | Direcção-Geral das Alfândegas | | | |
| | 01 | | | | | Serviços próprios | | | |
| | | | 1.01.0 | 03.00 | | Horas extraordinárias | | | |
| | | | 1.01.0 | 06.00 | | Abonos diversos — Numerário | | | |
| | | | 1.01.0 | 23.00 | | Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes | | | |
| | | | 1.01.0 | 26.00 | | Bens não duradouros — Consumos de secretaria | | | |
| | | | | 27.00 | | Bens não duradouros — Outros: | | | |
| | | | 1.01.0 | 27.00 | A | Dotação própria | | | |
| | | | | | | | | 3 000 | - |
| | | | 1.01.0 | 28.00 | | Aquisição de serviços — Encargos das instalações | | | |
| | | | 1.01.0 | 30.00 | | Aquisição de serviços — Transportes e comunicações | | | |
| | | | 1.01.0 | 31.00 | | Aquisição de serviços — Não especificados | | | |
| | | | 1.01.0 | 47.00 | | Investimentos — Edifícios | | | |
| | | | | | | | | 10 000 | - |
| | | | | | | | | 10 000 | - |
| | | | | | | | | 10 000 | - |
| | | | | | | | | 10 000 | - |

| Classificação | | | | | | Em contos | | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|-----------|--|------------------------|-----------|
| Orgânica | | | Funcional | | Económica | | | |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | | Código | Alínea | Designação orgânica e económica | Reforços ou inscrições | Anulações |
| 01 | 01 | | | 38.00 | | 07 — Ministério da Administração Interna | | |
| | | | | 38.03 | | Gabinete do Ministro | | |
| | | | 1.01.0 | 38.03 | 5 | Gabinete | | |
| | | | | | | Transferências — Sector público: | | |
| | | | | | | Serviços autónomos: | | |
| | | | | | | Funcionamento dos gabinetes de apoio técnico e da Comissão de Coordenação da Região do Algarve | 11 600 | - |
| | 03 | | | 38.00 | | Serviço Nacional de Bombeiros | | |
| | | | | 38.03 | | Transferências — Sector público: | | |
| | | | 1.01.0 | 38.03 | 1 | Serviços autónomos: | | |
| | | | | | | Serviço Nacional de Bombeiros | 61 700 | - |
| 04 | 01 | | | 01.00 | | Serviço de Estrangeiros | | |
| | | | 1.03.0 | 01.47 | | Serviços próprios | | |
| | | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | | Diuturnidades | 3 000 | - |
| 06 | 01 | | | 01.00 | | Guarda Nacional Republicana | | |
| | | | 1.03.0 | 01.46 | | Serviços próprios | | |
| | | | 1.03.0 | 01.47 | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 12 572 | - |
| | | | | | | Diuturnidades | 158 858 | - |
| | | | 1.03.0 | 12.00 | | Alimentação e alojamento — Compensação de encargos | 110 000 | - |
| | | | 1.03.0 | 23.00 | | Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes | 27 500 | - |
| | | | | 44.00 | | Outras despesas correntes: | | |
| | | | | 44.09 | | Diversas: | | |
| | | | 1.03.0 | 44.09 | A | Combate a incêndios florestais | 6 500 | - |
| | | | | | | | 391 730 | - |
| 11 | 02 | 01 | 1.03.0 | 14.00 | | 08 — Ministério da Justiça | | |
| | | | | | | Pólicia Judiciária | | |
| | | | | | | Directoria-Geral | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | |
| | | | | | | Deslocações — Compensação de encargos | 5 000 | - |
| 01 | 01 | | | | | 11 — Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação | | |
| | | | | | | Gabinete do Ministro | | |
| | | | | | | Gabinete | | |
| | | | | 01.00 | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | 8.01.0 | 01.02 | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 588 | - |
| | | | 8.01.0 | 01.44 | | Representação certa e permanente | 52 | - |
| 04 | 01 | | | 01.00 | | Direcção-Geral de Administração e Orçamento | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | |
| | | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | | Pessoal contratado não pertencente aos quadros | 501 | - |

| Classificação | | | | | Designação orgânica e económica | Em contos | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|---------------------------------|------------------------|-----------|
| Orgânica | | Económica | Funcional | Código | Alínea | Reforços ou inscrições | Anulações |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | | | | | |
| 05 | 01 | | | 01.00 | | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.04 | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.05 | | |
| 07 | 04 | | | 31.00 | | | |
| | | | | 8.02.1 | 31.00 | A | |
| 08 | 01 | | | 01.00 | | | |
| | | | | 8.02.1 | 01.44 | | |
| 12 | 01 | | | 44.00 | | | |
| | | | | 44.09 | | | |
| | | | | 8.02.1 | 44.09 | A | |
| 13 | 01 | | | 01.00 | | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.02 | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.44 | | |
| 14 | 01 | | | 01.00 | | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.04 | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.20 | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.42 | B | |
| | | | | 8.01.0 | 01.42 | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.46 | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.47 | | |
| | | | | 8.01.0 | 04.00 | | |
| | | | | | 10.00 | | |
| | | | | 8.01.0 | 10.01 | | |

| Classificação | | | | | | Em contos | | |
|---------------|---------|-----------------|----------|-----------|--------|--|------------------------------|-----------|
| Capítulo | Divisão | Subdi- visão | Orgânica | Funcional | | Designação orgânica e económica | Reforços ou inscrições | Anulações |
| | | | | | Código | | | |
| | | | | | | 4 — Secretaria de Estado das Estruturas e Recursos Agrários | | |
| 15 | 01 | | | | | Gabinete do Secretário de Estado | | |
| | | | | | | Gabinete | | |
| | | | | 01.00 | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | 8.02.1 | 01.44 | Representação certa e permanente | 43 | - |
| | | | | | | | 110 581 | - |
| | | | | | | 12 — Ministério da Indústria e Energia | | |
| 01 | 01 | | | | | Gabinete do Ministro | | |
| | | | | 01.00 | | Gabinete | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.02 | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.42 | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 663 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.44 | Remunerações de pessoal diverso | 139 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.46 | Representação certa e permanente | 51 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.47 | Subsídios de férias e de Natal | 151 | - |
| | | | | | | Diuturnidades | 51 | - |
| | | | | 8.01.0 | 03.00 | Horas extraordinárias | 200 | - |
| | | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 137 | - |
| | | | | | 38.00 | Transferências — Sector público: | | |
| | | | | | 38.03 | Serviços autónomos: | | |
| | | | | 8.01.0 | 38.03 | Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial | 100 076 | - |
| | 02 | | | | | Conselho Superior de Geologia e Minas | | |
| | | | | 01.00 | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.02 | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 125 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.46 | Subsídios de férias e de Natal | 33 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.47 | Diuturnidades | 11 | - |
| | | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 9 | - |
| 02 | 01 | | | | | Secretaria-Geral | | |
| | | | | 01.00 | | Serviços próprios | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.02 | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.03 | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 4 000 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.13 | Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros | 280 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.42 | Pessoal fora do serviço aguardando aposentação | 510 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.46 | Remunerações de pessoal diverso | 255 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.47 | Subsídios de férias e de Natal | 2 500 | - |
| | | | | 8.01.0 | 04.00 | Diuturnidades | 2 000 | - |
| | | | | | | Alimentação e alojamento | 7 306 | - |
| | 03 | | | | | Delegações regionais | | |
| | | | | 01.00 | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | 8.01.0 | 01.13 | Pessoal fora do serviço aguardando aposentação | 425 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.42 | Remunerações de pessoal diverso | 272 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.46 | Subsídios de férias e de Natal | 3 589 | - |
| | | | | 8.01.0 | 01.47 | Diuturnidades | 1 500 | - |
| | | | | 8.01.0 | 03.00 | Horas extraordinárias | 77 | - |
| | | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 3 649 | - |

| Classificação | | | | | Designação orgânica e económica | Em contos | | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|--|------------------------|-----------|--|
| Orgânica | | Funcional | Económica | | | Reforços ou inscrições | Anulações | |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Código | Alínea | | | | |
| 03 | 01 | | | | Gabinete de Estudos e Planeamento | | | |
| | | | 01.00 | | Serviços próprios | | | |
| | | | 8.01.0 | 01.47 | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | | | Diuturnidades | 350 | - | |
| | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 850 | - | |
| 04 | 01 | | | | Gabinete de Promoção do Investimento | | | |
| | | | 8.01.0 | 04.00 | Serviços próprios | | | |
| | | | 10.00 | | Alimentação e alojamento | 114 | - | |
| | | | 8.01.0 | 10.01 | Prestações directas — Previdência Social: | | | |
| | | | | | Abono de família | 30 | - | |
| 05 | 01 | | | | 1 — Secretaria de Estado da Indústria | | | |
| | | | 01.00 | | Gabinete do Secretário de Estado | | | |
| | | | | | Gabinete | | | |
| | | | 8.01.0 | 01.02 | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | 8.01.0 | 01.42 | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 555 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.44 | Remunerações de pessoal diverso | 155 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.46 | Representação certa e permanente | 45 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.47 | Subsídios de férias e de Natal | 179 | - | |
| | | | | | Diuturnidades | 47 | - | |
| | | | 8.01.0 | 03.00 | Horas extraordinárias | 170 | - | |
| | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 121 | - | |
| | | | 8.01.0 | 38.00 | Transferências — Sector público: | | | |
| | | | | 38.03 | Serviços autónomos: | | | |
| | | | 8.01.0 | 38.03 | Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais | 14 500 | - | |
| 06 | 01 | | | | Direcção-Geral da Qualidade | | | |
| | | | 01.00 | | Serviços próprios | | | |
| | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | 8.01.0 | 01.02 | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 6 558 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.20 | Pessoal em qualquer outra situação | 86 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.46 | Subsídios de férias e de Natal | 663 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.47 | Diuturnidades | 428 | - | |
| | | | 8.01.0 | 03.00 | Horas extraordinárias | 165 | - | |
| | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 1 203 | - | |
| | | | 8.01.0 | 09.00 | Abonos diversos — Espécie | 45 | - | |
| 09 | 01 | | | | 2 — Secretaria de Estado da Energia | | | |
| | | | 01.00 | | Gabinete do Secretário de Estado | | | |
| | | | | | Gabinete | | | |
| | | | 8.01.0 | 01.02 | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | 8.01.0 | 01.42 | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 555 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.44 | Remunerações de pessoal diverso | 155 | - | |
| | | | 8.01.0 | 01.46 | Representação certa e permanente | 43 | - | |
| | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 171 | - | |
| | | | 8.01.0 | 03.00 | Horas extraordinárias | 170 | - | |
| | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 121 | - | |

| Classificação | | | | | | Designação orgânica e económica | Em contos | |
|---------------|---------|------------|------------|--------|--------|--|----------------|---|
| Orgânica | | | Económicas | | | Reforços ou inscrições | Anulações | |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Funcional | Código | Alínea | | | |
| 10 | 01 | | | 01.00 | | Direcção-Geral de Energia | | |
| | | | | 8.04.0 | 01.02 | Serviços próprios | | |
| | | | | 8.04.0 | 01.13 | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | 8.04.0 | 01.46 | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 11 500 | - |
| | | | | 8.04.0 | 01.47 | Pessoal fora do serviço aguardando aposentação | 2 462 | - |
| | | | | 8.04.0 | 04.00 | Subsídios de férias e de Natal | 3 000 | - |
| | | | | | | Diuturnidades | 1 300 | - |
| | | | | | | Alimentação e alojamento | 2 900 | - |
| 13 | 01 | | | | | Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | |
| | | | | 8.01.0 | 03.00 | Horas extraordinárias | 52 | - |
| | | | | 8.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 100 | - |
| | | | | | | | 176 802 | - |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | 14 — Ministério de Trabalho e Segurança Social | | |
| | | | | | | 2 — Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional | | |
| 10 | 01 | | | | | Gabinete do Secretário de Estado | | |
| | | | | | | Gabinete | | |
| | | | | 8.01.0 | 31.00 | Aquisição de serviços — Não especificados | 100 | - |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | 3 — Secretaria de Estado da Segurança Social | | |
| 11 | 01 | | | | | Gabinete do Secretário de Estado | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | |
| | | | | 5.01.0 | 31.00 | Aquisição de serviços — Não especificados | 500 | - |
| | | | | | 38.00 | Transferências — Sector público: | | |
| | | | | | 38.05 | Segurança social: | | |
| | | | | 5.01.0 | 38.05 | 1 Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social | 100 000 | - |
| 14 | 01 | | | | | Direcção-Geral da Segurança Social | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | |
| | | | | 5.01.0 | 04.00 | Alimentação e alojamento | 1 035 | - |
| | | | | | | | 101 635 | - |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | 15 — Ministério da Educação | | |
| 05 | 01 | | | | | Estabelecimentos de ensino básico, secundário e médio | | |
| | | | | | | Direcções escolares, escolas primárias e postos escolares | | |
| | | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | 3 02.0 | Pessoal fora do serviço aguardando aposentação | 190 000 | - |
| | | | | | 01.13 | | | |

| Classificação | | | | | Designação orgânica e económica | Em contos | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|--|------------------------|-----------|
| Orgânica | | | Económica | | | Reforços ou inscrições | Anulações |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Funcional | Código | Alínea | | |
| 05 | 02 | | 3.02.0 | 01.00 | Escolas preparatórias | | |
| | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | Pessoal fora do serviço aguardando aposentação | 20 000 | - |
| | | | | | Escolas secundárias | | |
| | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | Pessoal fora do serviço aguardando aposentação | 52 000 | - |
| | 04 | | 3.02.0 | 01.00 | Escolas do magistério primário | | |
| | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | Pessoal fora do serviço aguardando aposentação | 2 500 | - |
| | | | | | | 264 500 | - |
| | | | | | 16 — Ministério da Saúde | | |
| 04 | 01 | | 4.01.0 | 01.00 | Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde | | |
| | | | | | Serviços próprios | | |
| | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 4 900 | - |
| | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 680 | - |
| | | | | | Diuturnidades | 600 | - |
| | | | | | Alimentação e alojamento | 800 | - |
| | | | | | | 6 980 | - |
| | | | | | 18 — Ministério do Equipamento Social | | |
| | | | | | Obras Públicas e Urbanismo | | |
| 03 | 01 | | 8.03.0 | 28.00 | Secretaria-Geral | | |
| | | | | | Serviços próprios | | |
| | | | | | Das obras públicas | | |
| | | | | | Aquisição de serviços — Encargos das instalações | 3 486 | - |
| | | | | | Aquisição de serviços — Transportes e comunicações | 1 655 | - |
| | | | | | Transferências — Sector público: | | |
| | | | | | Serviços autónomos: | | |
| | | | | | Laboratório Nacional de Engenharia Civil | 100 000 | - |
| | | | | | 2 — Secretaria de Estado das Obras Públicas | | |
| | | | | | Direcção-Geral do Saneamento Básico | | |
| 12 | 01 | | 6.03.0 | 01.00 | Serviços próprios | | |
| | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | |
| | | | | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | 2 132 | - |
| | | | | | Subsídios de férias e de Natal | 560 | - |
| | | | | | Diuturnidades | 108 | - |
| | | | | | Prestações directas — Previdência Social: | | |
| | | | | | Abono de família | 49 | - |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

| Classificação | | | | | | | Em contos | | |
|---------------|---------|------------|-----------|--------|---------------------------------|--|-----------|------------------------|-----------|
| Orgânica | | | Económica | | Designação orgânica e económica | | | Reforços ou inscrições | Anulações |
| Capítulo | Divisão | Subdivisão | Funcional | Código | Alinea | | | | |
| 13 | 01 | | | 44.00 | | Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos | | | |
| | | | | 44.09 | | Serviços próprios | | | |
| | | | | 9.02.0 | 44.09 | Outras despesas correntes: | | | |
| | | | | | | Diversas: | | | |
| | | | | | | Reparação dos estragos causados pelas inundações de 1983 | | 184 180 | - |
| | | | | | | | | 292 170 | - |
| 01 | 01 | | | | | 21 — Ministério da Cultura | | | |
| | | | | | | Gabinete do Ministro | | | |
| | | | | | | Gabinete | | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | | |
| | | | | | | Transferências — Sector público: | | | |
| | | | | | | Serviços autónomos: | | | |
| | | | | | | Companhia Nacional de Bailado | | 10 000 | - |
| | | | | | | Delegação Regional do Norte | | | |
| | | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | | | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | | 491 | - |
| | | | | | | Pessoal em qualquer outra situação | | 288 | - |
| | | | | | | Remunerações de pessoal diverso: | | | |
| | | | | | | Outro pessoal | | 7 | - |
| | | | | | | Subsídios de férias e de Natal | | 159 | - |
| | | | | | | Diuturnidades | | 68 | - |
| | | | | | | Alimentação e alojamento | | 172 | - |
| 12 | 06 | | | | | Outros serviços | | | |
| | | | | | | Panteão Nacional | | | |
| | | | | | | Vestuário e artigos pessoais — Compensação de encargos | | 104 | - |
| | | | | | | | | 11 289 | - |
| 03 | 01 | | | | | 22 — Ministério do Mar | | | |
| | | | | | | 1 — Secretaria de Estado da Marinha Mercante | | | |
| | | | | | | Direcção-Geral de Portos | | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | | |
| | | | | | | Investimentos — Construções diversas | | 20 000 | - |
| 04 | 01 | | | | | Direcção-Geral da Marinha de Comércio | | | |
| | | | | | | Serviços próprios | | | |
| | | | | | | Remunerações certas e permanentes: | | | |
| | | | | | | Pessoal dos quadros aprovados por lei | | 2 445 | - |
| | | | | | | Diuturnidades | | 250 | - |
| | | | | | | | | 22 695 | - |
| | | | | | | | | 3 179 239 | 3 179 239 |

Direcção dos Serviços Gerais do Orçamento da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 31 de Julho de 1984. — O Director, *Carlos Francisco de Assis Fernandes Rosa*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 297/84

de 31 de Agosto

O Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, que regula a atribuição da pensão social de invalidez ou de velhice, determina, no seu artigo 1.º, que a referida prestação de regime não contributivo de segurança social se destine a cidadãos portugueses residentes em território nacional.

No entanto, situações há em que pessoas que reúnem as restantes condições legais para beneficiarem do direito a pensão social têm, necessariamente, de residir no estrangeiro, em virtude de estarem inteiramente dependentes, mercê das suas deficiências físicas ou psíquicas, do agregado familiar em que se integram, cujo elemento activo se encontra em país estrangeiro ao serviço do Estado Português.

Nestes casos, a não concessão da pensão social, por não se encontrar satisfeita a condição de residência em território nacional, revelar-se-ia contrária aos princípios constitucionais em matéria de protecção social a deficientes e idosos, princípios esses que apontam para a sua integração familiar e social.

Daf que se considere de estabelecer como excepções à regra da não exportação das pensões sociais aqueles casos em que os seus potenciais beneficiários careçam da assistência permanente do seu agregado familiar em razão da sua incapacidade física ou psíquica e sempre que, por razões de serviço prestado ao Estado Português, a residência do membro activo da família seja no estrangeiro.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º A condição de residência em território nacional, referida no corpo do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, para abertura do direito a pensão social será dispensada nos casos em que no requerente concorram as restantes condições legais exigíveis para concessão da referida pensão e desde que:

a) O requerente prove carecer de assistência permanente de outras pessoas em razão de

deficiências físicas ou psíquicas que o tornem inteiramente dependente dessa assistência;

b) O agregado familiar em que o requerente se integre tenha a sua residência no estrangeiro por motivo de serviço oficial prestado por um dos seus membros ao Estado Português.

Art. 2.º — 1 — A prova da necessidade de assistência permanente de outras pessoas e da situação de invalidez para toda e qualquer profissão, nos casos de requerimento de pensão social de invalidez, poderá ser feita por atestado dos serviços de saúde do país de residência, devidamente autenticado pelas entidades consulares portuguesas, sempre que à data do requerimento o interessado já resida no estrangeiro.

2 — O requerimento e todos os elementos de prova necessários devem ser remetidos ao Centro Nacional de Pensões.

Art. 3.º — 1 — O relatório dos serviços de acção social a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 464/80 será substituído, nas situações a que se refere o presente diploma, por declaração do requerente ou do seu representante legal, prestada sob compromisso de honra, na qual se explicitem as condições sócio-económicas do requerente e do seu cônjuge, sendo caso disso.

2 — O Centro Nacional de Pensões poderá proceder às diligências que considere necessárias e adequadas à confirmação das declarações prestadas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Agosto de 1984. — Mário Soares — Carlos Alberto da Mota Pinto — Amândio Anes de Azevedo — Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.

Promulgado em 16 de Agosto de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 17 de Agosto de 1984.

O Primeiro-Ministro, Mário Soares.